

Deliberação n.º 19/2019

Pelo Aviso n.º 11464/2017, publicitado no *Diário da República* n.º 1881, de 28 de setembro de 2017 e divulgado na Bolsa de Emprego Público, foi aberto procedimento concursal para preenchimento do cargo de direção intermédia do 2.º grau — Chefe do Departamento de Recursos Humanos do IMT, I. P.

Concluído o respetivo procedimento concursal e mediante proposta fundamentada do correspondente júri, nos termos dos números 9 a 11 do artigo 21.º do Estatuto do Pessoal Dirigente aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro e republicado em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, na sua versão atual, o Conselho Diretivo do IMT, I. P. designa, em comissão de serviço pelo período de três anos, renovável, no cargo de Chefe do Departamento de Recursos Humanos, a Licenciada Elsa Cláudia Ramalho Caldes, com os seguintes fundamentos:

Detém os requisitos legais para o exercício de cargos dirigentes;

A designada possui o perfil, experiência e conhecimentos adequados à prossecução das atribuições e objetivos do serviço e é dotada da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta do respetivo resumo curricular, anexo à presente deliberação, podendo exercer a opção prevista no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro.

A presente designação, que tem cabimento no orçamento de funcionamento do IMT, I. P. produz efeitos a partir de 1 de novembro de 2018.

8 de outubro de 2018. — O Conselho Diretivo: *Eduardo Elísio Silva Peralta Feio*, presidente — *Luís Miguel Pereira Pimenta*, vogal.

Nota Curricular**I. Dados pessoais:**

Elsa Cláudia Ramalho Caldes
Nascida em 12 de fevereiro de 1979.

II. Experiência profissional:

Técnica superior no Departamento de Recursos Humanos do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P. (desde agosto de 2010).

Técnica de Recursos Humanos no Grupo Vivamais (de março a setembro de 2008). Técnica de Recursos Humanos e Gestora da Qualidade na Dianova Portugal, IPSS, (de agosto de 2007 a março de 2008).

Responsável do Departamento de Recursos Humanos da Labicer, S. A., (de outubro de 2003 a agosto de 2007).

III. Formação académica:

Licenciatura em Psicologia — especialização em Psicologia do Trabalho e das Organizações, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (1997-2002)

Frequência do Mestrado em Administração e Políticas Públicas, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (2010-2011) (fase curricular concluída);

IV. Formação complementar e outras atividades:

Diploma de especialização em Gestão de Recursos Humanos e Desenvolvimento de Pessoas, pelo Instituto Nacional de Administração (2014)

Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública, pelo Instituto Nacional de Administração (2009-2010)

MBA Executivo em Gestão de Recursos Humanos, pela Escola de Gestão e Negócios da Universidade Autónoma de Lisboa (2007-2008)

Participação em diversas ações de formação no âmbito da gestão de pessoas, nomeadamente gestão da formação, avaliação de desempenho e regime jurídico do emprego público, contratação pública, procedimento administrativo, RGPD e avaliação psicológica.

Membro efetivo da Ordem dos Psicólogos Portugueses.

311921226

Deliberação n.º 20/2019

Pelo Aviso n.º 13402/2018, de 4 de setembro, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 182, de 20 de setembro e divulgado na Bolsa de Emprego Público com o código de oferta OE201809/0519, foi aberto procedimento concursal para preenchimento do cargo de direção intermédia do 2.º grau — Delegado Distrital de Bragança da Direção Regional de Mobilidade e dos Transportes do Norte do IMT, I. P.

Concluído o respetivo procedimento concursal e mediante proposta fundamentada do correspondente júri, nos termos dos números 9 a 11 do artigo 21.º do Estatuto do Pessoal Dirigente aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro e republicado em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, na sua versão atual, o Conselho Diretivo do IMT, I. P. designa, em comissão de serviço pelo período de três anos, renovável,

no cargo de Delegado Distrital de Bragança, o Engenheiro, Vítor Manuel Teixeira Fernandes, com os seguintes fundamentos:

Detém os requisitos legais para o exercício de cargos dirigentes;

O designado possui o perfil, experiência e conhecimentos adequados à prossecução das atribuições e objetivos do serviço e é dotado da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta do respetivo resumo curricular, anexo à presente deliberação, podendo exercer a opção prevista no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro.

A presente designação, que tem cabimento no orçamento de funcionamento do IMT, I. P. produz efeitos a partir de 1 de dezembro de 2018.

14 de novembro de 2018. — O Conselho Diretivo: *Eduardo Elísio Silva Peralta Feio*, presidente — *Luís Miguel Pereira Pimenta*, vogal.

Nota Curricular**I. Dados pessoais:**

Nome: Vítor Manuel Teixeira Fernandes
Data de nascimento: 23/07/1975

II. Formação

Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica — (Ramo de eletrónica, Instrumentação e

Computação), Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD); Pós-graduação em Tecnologias das Engenharias (UTAD);

Curso de Alta Direção em Administração Pública (CADAP), com Diploma de Especialização em Liderança e Gestão de Pessoas DELGEPE, INA;

Licenciatura em Gestão — Minor em Gestão Empresarial, Universidade Aberta (UA);

Curso de Gestão da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, (UA); Mestrado em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores (UTAD).

III. Experiência profissional:

2008 até à data — Técnico Superior — Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres/Instituto da Mobilidade e dos Transportes — Direção Regional de Mobilidade e Transportes do Norte — Delegação Distrital de Vila Real;

2003 a 2008 — Técnico Superior de 1.ª Classe da Carreira de Engenharia — Direção Geral de Viação — Direção Regional de Viação do Norte — Delegação Distrital de Viação de Vila Real;

2001 a 2003 — Técnico Superior de 2.ª Classe da Carreira de Engenharia — Instituto Português do Património Arquitetónico (IPPAR) — Direção Regional do Porto;

2000 a 2001 — Técnico Superior Estagiário — Instituto de Trás-os-Montes e Alto Douro para o Desenvolvimento Agroindustrial (ITIDAI).

311922182

JUSTIÇA**Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P.****Deliberação n.º 21/2019****Delegação e subdelegação de competências do Conselho Diretivo nos seus membros**

Ao abrigo do disposto nos artigos 44.º e 46.º do Código de Procedimento Administrativo, no n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 166/2012, de 31 de julho, nos n.ºs 1, 2 e 6 do artigo 21.º e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 38.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, nos artigos 17.º e 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação, no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, no n.º 5 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, na sua atual redação, no Despacho n.º 3191/2016, de 2 de março, da Ministra da Justiça, e no Despacho n.º 6667/2017, de 2 de agosto, da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça, o Conselho Diretivo delibera proceder à distribuição das responsabilidades de coordenação e de gestão das unidades orgânicas e unidades orgânicas flexíveis do INMCLF, I. P. e à delegação e subdelegação de competências, nos seguintes termos:

1 — Ao Presidente do Conselho Diretivo, Francisco Manuel Andrade Corte Real Gonçalves, fica atribuída a responsabilidade de coordena-